EXTRATIVISMO, TERRITÓRIOS COMUNITÁRIOS E VIOLÊNCIA EM ÁREAS DE MINERAÇÃO EM MOATIZE, TETE-MOÇAMBIQUE

EXTRACTIVISM, COMMUNITY TERRITORIES AND VIOLENCE IN MINING AREAS IN MOATIZE, TETE-MOZAMBIQUE

EXTRACTIVISME, TERRITOIRES COMMUNAUTAIRES ET VIOLENCE DANS LES ZONES MINIÈRES À MOATIZE, TETE-MOZAMBIQUE

Lucas Atanásio Catsossa[1]
Docente na Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè (FGA/UniPúnguè) – Cidade de Chimoio, Moçambique. Pesquisador Associado do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), certificado pelo CNPq.
E-mail: lucascatsossauem@gmail.com

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3883-4807

Resumo: O texto procura analisar a expansão da mineração na vila de Moatize, em Tete. Constata-se, porém, que o processo de expansão da mineração na vila de Moatize se dá a partir de um movimento desigual e contraditório, na medida em que a territorialização da Vale, simbolizou apenas a expansão e reprodução das relações capitalistas de produção à escala global. Tal processo está a dar-se de forma rápida, violenta e turbulenta, de tal maneira que os sujeitos diretamente implicados, não têm tido condições necessárias para preverem o seu futuro por conta das incertezas geradas pela mineração. Em consequência disto, ocorreu uma territorialização precária dos sujeitos, sobretudo, quando foram reassentados em Cateme. O cercamento das populações que vivem nas proximidades da concessão da Vale, a violência, a banalização da condição humana, a degradação ambiental e a emergência de doenças respiratórias, no caso de Tuberculose decorrente da poluição do ar, estão entre alguns impactos negativos da expansão da mineração na vila de Moatize.

Palavras-Chaves: Mineração; Vale Moçambique; Moatize.

Abstract: This article seeks to analyze the expansion of mining in Moatize, in the Tete. However, it appears that the process of mining expansion in the town of Moatize unfolds from an uneven and contradictory movement, with the territorialization of Vale only symbolizing the expansion and reproduction of large-scale capitalist production relations. Such a process takes place quickly, violently and in a turbulent way and those directly involved have not had the necessary conditions to predict their future due to the uncertainties generated by mining

1 Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/Brasil. O autor agradece ao Régio Conrado pelo auxílio na tradução do resumo nas línguas inglesa e francesa, respectivamente.

actions. The result is a precarious territorialization of individuals, especially when they are resettled in Cateme. The enclosure of populations living near the Vale concession, violence, the trivialization of the human condition, environmental degradation and the emergence of respiratory diseases, such as tuberculosis due to air pollution, are among the negative impacts of the expansion of mining operations in Moatize.

Keys-words: Mining, Vale Moçambique, Moatize.

Résumé: Le texte cherche à analyser l'expansion de l'exploitation minière dans La ville de Moatize, à Tete. Cependant, il apparaît que le processus d'expansion minière dans la ville de Moatize se déroule à partir d'un mouvement inégal et contradictoire, la territorialisation de Vale ne symbolisant que l'expansion et la reproduction des rapports de production capitalistes à grande échelle. Un tel processus se déroule rapidement, violemment et de manière turbulente, de telle sorte que les personnes directement impliquées n'ont pas eu les conditions nécessaires pour prédire leur avenir en raison des incertitudes générées par l'exploitation minière. Il en résulte une territorialisation précaire des individus, surtout lorsqu'ils sont réinstallés à Cateme. L'enclos des populations qui vivent à proximité de la concession de Vale, la violence, la banalisation de la condition humaine, la dégradation de l'environnement et l'émergence de maladies respiratoires, comme la tuberculose due à la pollution de l'air, font partie des impacts négatifs de l'expansion des exploitation minière à Moatize.

Mots-clés: Activités minière, Vale Moçambique, Moatize.

Data de recebimento: 13/10/2020

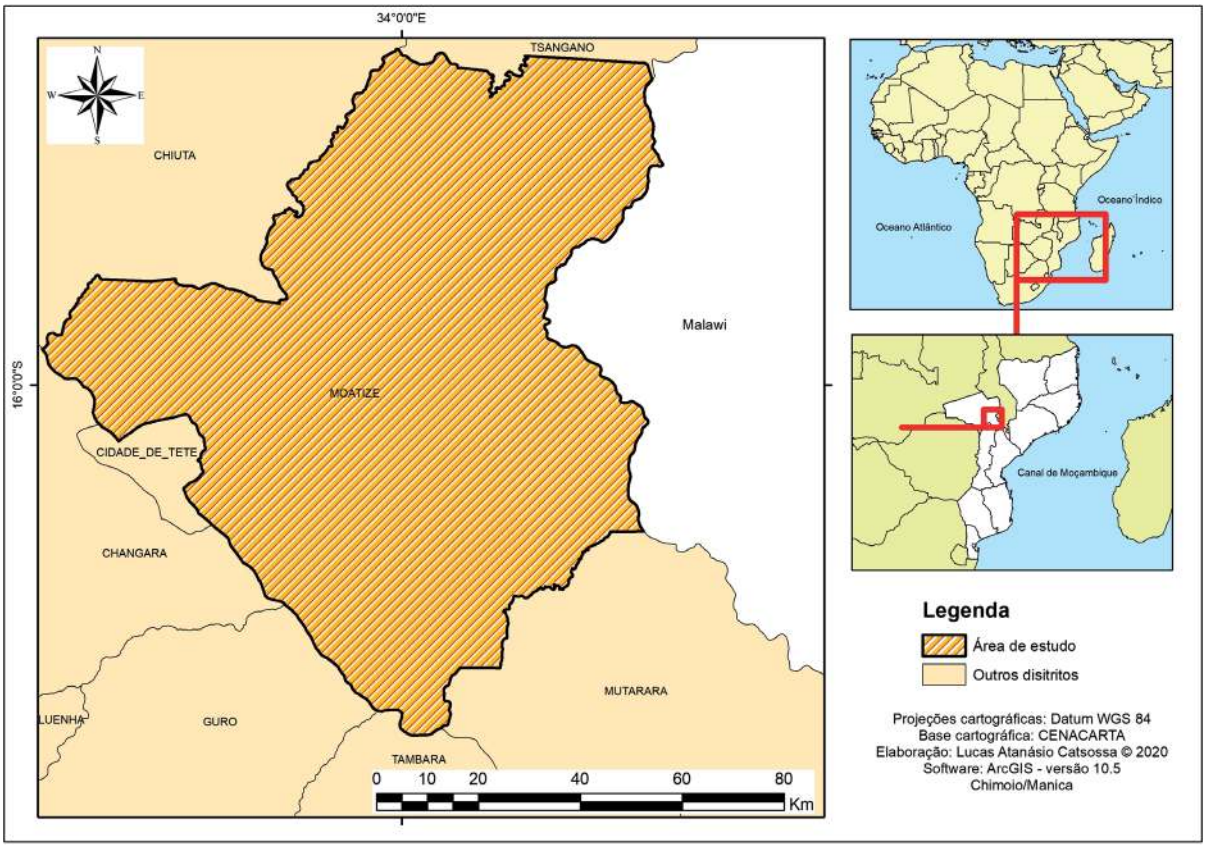
Data de aprovação: 20/12/2020

1 - INTRODUÇÃO

O distrito de Moatize, localizado na província central de Tete, está a passar por profundas transformações sócio-espaciais, em decorrência da expansão do capital extrativo sobre os territórios comunitários. O distrito de Moatize dista a 20 km da cidade de Tete, capital da província. É limitado, a Norte pelos distritos de Chiúta e Tsangano; a Este pela República do Malawi; a Sul pelos distritos Tambara, Guro e Doa; a Oeste pelo distrito de Changara e cidade de Tete.

A superfície total do distrito de Moatize é de 8. 462 (cf. MAE, 2014) e segundo o censo de 2017, tinha uma população total de 385. 585 habitantes. Por conta da presença dos megaprojetos de mineração, o distrito Moatize, sobretudo, a vila sede, nos últimos anos, conheceu um intenso êxodo rural, de tal forma que contribuiu para a emergência de ocupações desordenadas, uma situação que exige um Plano Diretor detalhado para avançar-se com o processo de ordenamento territorial. Por causa da presença dos megaprojetos de mineração, a vila de Moatize, conheceu um crescimento, não só populacional, mas também de algumas infraestruturas econômicas, sobretudo, bancos, hotéis, centros comerciais, etc.

Mapa 2. Localização geográfica do distrito de Moatize, Tete/Moçambique



Embora rico em recursos naturais, como, por exemplo, jazigos de carvão mineral e inúmeras jazidas de titanomagnetites vanadíferas (ferro, tiânio e vanâdio), dentre outros (cf. MAE, 2014), o distrito de Moatize apresenta elevados índices de desigualdades sociais e de pobreza, pelo menos é o que se pode extrair do Inquérito sobre o Orçamento Familiar – IOF 2014/15, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A vila de Moatize, território atualmente tramado pela mineração, é onde as marcas das desigualdades sociais e de pobreza são cada vez mais notórias. Tal situação exige uma intervenção rápida da parte do Estado, no sentido de implementar uma política pública com vista a reduzir os níveis escandalosos de desigualdades sociais e de pobreza na vila de Moatize. Contudo, enquanto o Estado não se faz presente por meio de uma política pública, como forma de garantir a sua reprodução social, uma parte considerável dos sujeitos que habita a vila sede de Moatize, tem no comércio informal a base da sua fonte de renda.

A maior parte da população do distrito de Moatize tem a terra como seu meio de reprodução social, o que significa que em casos da sua expropriação em decorrência da expansão da mineração, facilmente cai no sob mundo da miséria. Agricultura de subsistência é a principal atividade de sobrevivência da maior das populações do distrito de Moatize, sendo que é praticada em pequenas explorações familiares. Além de servir para o consumo familiar, os camponeses transformam parte da sua produção em mercadoria, sobretudo, o excedente, sendo que é comercializada nos mercados locais, como forma de obter algum dinheiro, o qual é

usado para outras finalidades. Na vila sede de Moatize, local tramado pela mineração, algumas famílias camponesas produzem hortícolas nas margens dos rios. Além de servir para o consumo familiar, parte da produção de hortícolas é comercializada também nos mercados locais. Uma parte considerável das famílias residentes na vila sede de Moatize, usa diretamente a água dos rios para o consumo. Significa que há famílias que consomem água não tratada, uma situação que tem contribuído para a eclosão de doenças como, por exemplo, a cólera.

Outrossim, as famílias residentes na vila sede de Moatize desenvolvem outras atividades de geração de renda, como, por exemplo, o fabrico de carvão vegetal, o qual depois é comercializado nos mercados; a produção de tijolos; a comercialização de lenha; a pecuária; a pesca; a caça, etc. Pretende-se, pois, com este trabalho, contribuir para o debate em torno da produção capitalista do espaço a partir de Moatize, território tramado pela mineração. Igualmente, pretende-se traçar um quadro sobre o possível rumo deste território, vítima do capital monopoista que se apropriou privadamente de extensas áreas de terras, visando garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. A elaboração deste artigo foi acompanhada pela observação direta dos fenômenos em análise, onde além da captação de fotografias, houve diálogo com os sujeitos diretamente implicados pela mineração, tanto com os reassentados de Cateme, como com os que ainda vivem na vila de Moatize, em que há o risco de serem despejados a qualquer momento em decorrência do alargamento das áreas.

2 - TETE: UM TERRITÓRIO EM TRANSFIGURAÇÃO NO CONTEXTO DA MINERAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

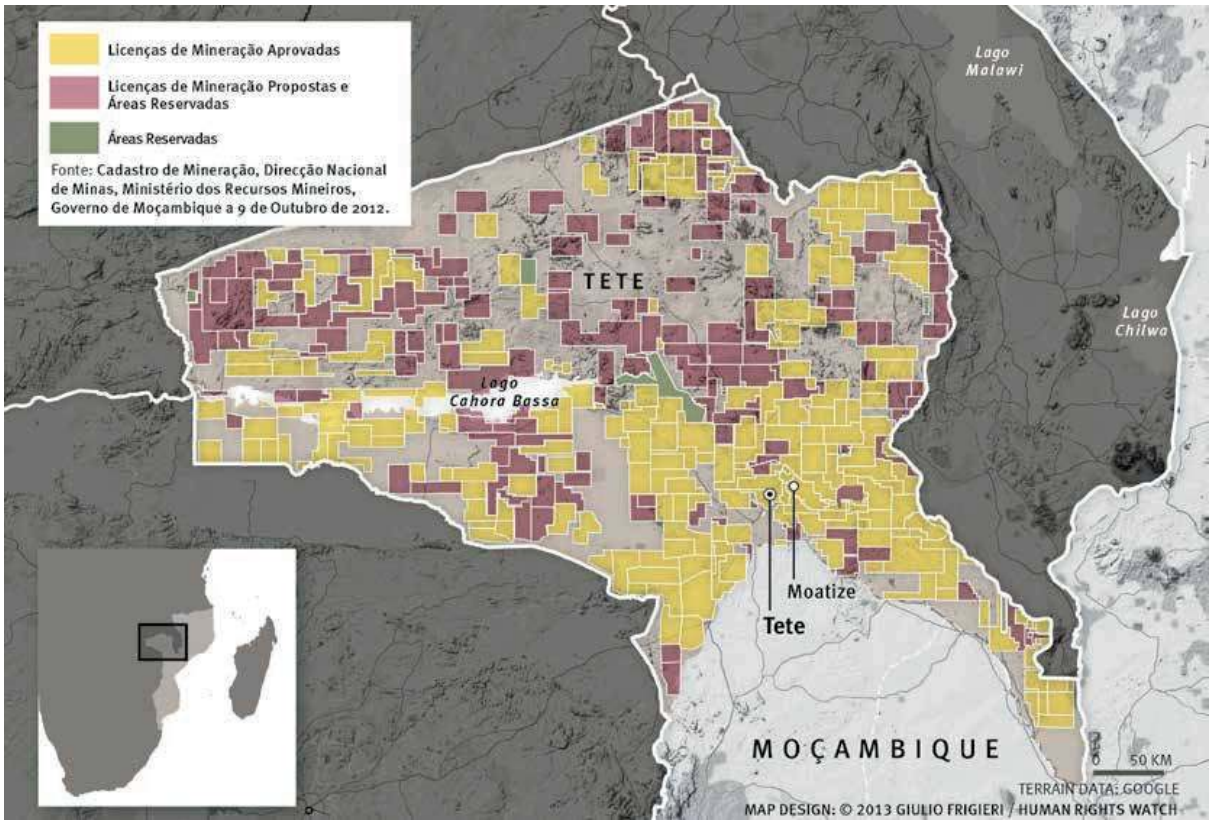
A província de Tete, onde está localizado o distrito de Moatize, território atualmente **vítima do capital multinacional, se insere no atual quadro da "maldição da abundância" dos recursos naturais em Moçambique. É verdade que o caso de Tete não é igual ao que acontece na província nortenha de Cabo Delgado,** território atualmente vítima do terrorismo, mas há elementos que vislumbram estar-se diante da "maldição" dos recursos naturais, e tal fato, já havia sido apontado por Santos (2012) em forma de alerta, mas foi ignorado e hostilizado pelo poder vigente no país. No seu sobsolo, a província central de Tete concentra grandes reservas (e/ou quantidades) de carvão mineral de interesse do mercado internacional, o que lhe valeu a designação de "El dourado" conforme escreveram Mosca e Selemane (2011).

Por ser um recurso natural importante e de maior valor de troca no mercado global, o carvão mineral de Tete passou a demandar interesses do capital financeiro para a sua exploração capitalista. A confirmação de que a província de Tete detinha grandes reservas de carvão mineral, levou a territorialização de muitas multinacionais, algumas bem conhecidas mundialmente, não apenas pela sua importância econômica por onde operam, mas também as contradições, as ambivalências, os paradoxos, os traumas, os dramas, os dilemas dentre outras tragédias socioambientais que as mesmas geram.

São os casos da mineradora brasileira Vale Moçambique (ex-Vale do Rio Doce), da mineradora chinesa ICVL, cuja territorialização se deu pela compra dos ativos da extinta

mineradora australiana, Rio Tinto, da mineradora indiana Jindal África, dentre outras. Foi desta forma que a província de Tete se inseriu nas dinâmicas globais de acumulação ampliada do capital, ao ser transformado num território apenas de extração desta matéria-prima. Em pouco tempo, viu-se a emergência do que Santos (2013, p. 45) chama de "compartimentação e fragmentação do espaço geográfico" dentro da província de Tete, sendo que mais tarde, passaram a ser apropriados privadamente pelo capital monopolista para garantir a sua acumulação ampliada em escala global. Esses fragmentos e compartimentos do espaço foram surgindo na medida em que o Estado foi atribuindo as licenças de concessão mineira às multinacionais que precisavam explorar o carvão mineral (e não só) na província de Tete, conforme mostra a figura 1.

Figura 1. Licenças de mineração na província de Tete/Moçambique



Fonte: HRW (2013)

O interesse pelo consumo do carvão mineral, sobretudo, nos países asiáticos, como, por exemplo, a China, a Índia e o Japão, é o que demandou a territorialização das multinacionais na província de Tete. Na verdade, esses compartimentos e fragmentos do espaço geográfico que surgiram em Tete, conforme mostra a figura 1, podem ser vistos também como "territórios do território" cunhados por Fernandes (2008), e no caso de Tete, os mesmos passaram a serem controlados privadamente pelas multinacionais interessadas em explorar o

carvão mineral. Partindo do pressuposto de que são as relações sociais que produzem os "territórios do território" no seu movimento (cf. FERNANDES 2008), estar-se-ia diante de um processo desigual e contraditório de produção do espaço em Tete, o qual visa essencialmente, garantir acumulação ampliada do capital em escala global.

Já que tratava-se da "chegada do dinheiro da globalização" (SANTOS, 2011, p. 16), a seguir a isto, verificou-se uma nova (des)ordem sobre os territórios tramados pela mineração em Tete. O conteúdo dos territórios vítimas da mineração em Tete, começam a mudar consideravelmente na sua morfologia espacial, pois, passaram a ser integrados à lógica do modo capitalista de produção. É o dinheiro da globalização se reorganizando e se reestruturando, querendo garantir a sua acumulação e reprodução ampliada. De realçar que os compartimentos e fragmentos que surgiram no espaço geográfico tetense, foram sendo realizados por cima de outros usos, neste caso, comunitários, gerando novos territórios, os quais passaram a ser geridos pelos dinheiros globalizados.

Significa que no processo de atribuição das licenças de mineração às multinacionais, ocorreu a sobreposição de interesses, de um lado, dos "de fora" (capital multinacional), e do outro, dos "do lugar" (povos nativos). Sendo interesses opostos, significa que houve durante o processo, tensões de territorialidades, pois, tratava-se da expansão das relações capitalistas de produção sobre os territórios comunitários, por onde milhares de famílias camponesas têm a base para a sua reprodução social. Em muitos lugares onde as terras foram concessionadas para a exploração do carvão mineral, viu-se a seguir, a eclosão de conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais. É este paradoxo que se verificou na província de Tete, após confirmar-se a existência de grandes quantidades de carvão mineral.

A entrada destas multinacionais na província de Tete gerou muita euforia e expectativa, não só entre os tetenses, mas aqueles que viviam noutros pontos do país. E porque tratava-se do novo "El dourado", viu-se em pouco tempo, uma intensa migração de pessoas em busca de oportunidade de emprego em Tete, com e sem formação. Chegado no novo "El dourado" (da mineração), as pessoas começaram a se frustrar, pois, o emprego não era para todos. A mão-de-obra local, infelizmente, foi marginalizada sob alegação de que não era tecnicamente qualificada. Mesmo aquelas pessoas que tinham alguma formação acadêmica, também tiveram dificuldade para se inserirem na economia do carvão mineral, pois, as empresas mineiras não absorviam a todos. Na verdade, havia uma seleção, entrava quem tinha alguma formação e capacitação especializada (cf. MOSCA & SELEMANE, 2011, 2012).

Este processo levou ao que podemos chamar de "colonização da mão-de-obra", na medida em que a maior parte dela era estrangeira, sobretudo, proveniente dos países de origem das multinacionais. A maior parte das pessoas caiu numa desilusão total. Nem todas as pessoas que migravam para a cidade de Tete e vila de Moatize, tinham onde dormir. Sem dinheiro para comer e pagar aluguel de casa, algumas pessoas foram sendo forçadas a procurarem meios para garantir a sua reprodução social. Sem emprego nas mineradoras, sobretudo, na Vale porque não era para todos, uma parte considerável das pessoas que migrou para Tete, passou a envolver-se no comércio informal, fazendo pequenos negócios (venda de crédito)

dentre outras atividades, como forma de conseguir algum dinheiro.

A partir de então, os espaços públicos foram sendo apropriados e ocupados por vendedores informais para a realização dos seus negócios na sua luta diária em busca de meios para a sobrevivência. Significa que poucas pessoas se integram a nova economia gerada pela mineração na província de Tete, e grande parte dela, foi simplesmente excluída, uma situação que aumentou ainda mais a violência, sobretudo, simbólica. Por se tratar de um desenvolvimento capitalista que segue o movimento desigual e contraditório (cf. OLIVEIRA, 1991), era de se esperar que a economia gerada pela mineração em Tete, não integrasse todas as classes sociais durante o processo. O aumento dos níveis de desigualdades sociais e de pobreza; surgimento de ocupações irregulares; especulação imobiliária; emergência de crimes violentos; venda de órgãos humanos; sequestro de crianças; roubo; prostituição, degradação ambiental, poluição do ar e sonora, estão entre as contradições da presença dos megaprojetos de mineração em Tete.

3 - MOATIZE: DO TERRITÓRIO COMUNITÁRIO AO TERRITÓRIO DE ACUMULAÇÃO E REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL EM ESCALA GLOBAL

Antes de analisar de forma aprofundada o processo de apropriação e monopolização dos territórios comunitários pela mineradora Vale Moçambique no distrito de Moatize, é importante fazer um mapeamento das empresas mineiras que disputam o sobsolo para melhor compreender-se o cenário que caracteriza este lugar, hoje vítima da mineração. Só assim é que será possível compreender de que forma a mineração está a modificar os territórios comunitários no distrito de Moatize, ao serem integrados na agenda global de acumulação e reprodução ampliada do capital. Embora algumas companhias estejam ainda em processo de pesquisa e prospecção, outras já avançaram com a exploração do carvão mineral no distrito de Moatize, conforme ilustra o quadro 1.

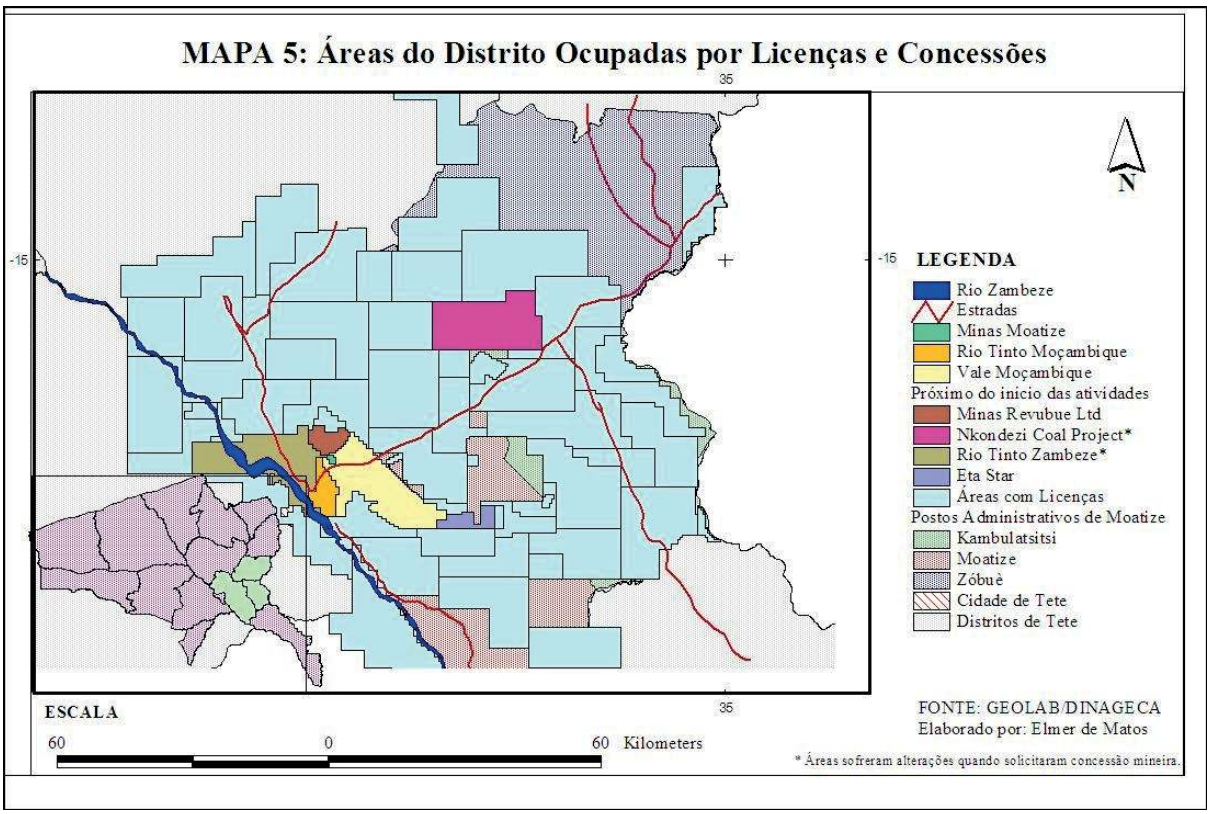
Quadro 1. Algumas empresas mineiras presentes no distrito de Moatie/Tete.

Nome da Empresa	Recurso	Distrito	Área (ha)	Origem do capital	Mercado
A operar					
Vale Moçambique	Carvão	Moatize	23.780	Brasil	China e índia
ICVL	Carvão	Moatize	4.560	China	China e Índia
Minas de Moatize	Carvão	Moatize	260	**África do Sul**	Malawi, Zâmbia, Congo e Zimbabwe
Por operar					
Nkondedzi Coal Projec	Carvão	Moatize	24.900	Inglaterra	s/d
Rio Tinto Zambeze	Carvão	Moatize	9.715,28	Austrália	s/d
Minas Rovubué	Carvão	Moatize	3.964,55	Japão	Japão
Eta Star	Carvão	Moatize	4.000	**Índia**	**Índia**
Coal Indian African	Carvão	Moatize	10.880	**Índia**	**Índia**

Fonte: Matos (2016). **Org**: O autor

No quadro 1, é possível ver que a maior parte das empresas mineiras que operam no distrito de Moatize, ocupam extensas áreas de terras, onde simplesmente são transformadas em campos de exploração do carvão mineral. Como se pode ver, **são grandes áreas, sendo que em** algumas delas, havia outros usos do território. Parte das áreas, atualmente, nas mãos dessas empresas, pertenciam as fam**ílias camponesas** e nelas realizavam as suas atividades produtivas, como também a instalação das suas residências. Na figura 2 é apresentada a distribuição das licenças e concess**ões** de exploração no distrito de Moatize.

Figura 2. Licenças e concessões no distrito de Moatize, Tete/Moçambique



Fonte: Matos (2016)

Nota-se também, a fragmentação e a compartimentação do espaço geográfico que, inclusive, é apropriado e monopolizado pelas empresas mineradoras. Após serem apropriados e monopolizados, a seguir, esses pedaços do território são transformados em campos de exploração do carvão mineral. A partir de então, do território comunitário que na leitura miltoniana seria "espaço habitado" (cf. SANTOS, 2008), Moatize passou a ser a base para acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Desde então, Moatize enquanto espaço habitado, passou a sofrer metamorfoses na sua morfologia espacial, tramado pela expansão do capital, em que se apropriava a cada pedaço de terra, visando extrair o que está por baixo.

Uma parte das populações nativas, infelizmente, teve um destino com sabor amargo, pois, foi expropriada e expulsa das suas terras e, consequentemente, realocada em outros lugares, mediante uma indenização ilusória. Outra parte das populações nativas, ainda espera para o seu dia chegar, pois, as licenças ainda estão a ser distribuídas pelo Estado às multinacionais que procuram extrair carvão mineral no distrito de Moatize, às vezes, sem nenhuma transparência. A maior parte das licenças e concessões entregues as empresas mineiras, foram sendo feitas por cima dos territórios comunitários, às vezes, sem a autodeterminação dos povos nativos. Além de implantar as suas palhotinhas, as famílias camponesas abriam igualmente, as suas machambas para a produção dos seus alimentos.

Em Moçambique, a machamba é a unidade de produção camponesa e a via pela qual o campesinato se territorializa no campo. Significa que, quando são expropriados e expulsos das suas terras, na contramão, os camponeses ocupam propriedades das multinacionais, abrindo as suas machambas como forma de resistência contra a sua destruição, territorializando o seu "modo de vida", inclusive (cf. CATSOSSA, 2020). Essas áreas onde foram ocupadas por licenças e concessões mineiras, as famílias camponesas usavam-nas como pastos, cortavam lenha para uso doméstico e estacas para a construção de casas; extraiam plantas medicinais, usadas tradicionalmente para curar certas patologias ao nível comunitário.

Por sua vez, dentro dessas áreas ora tomadas pelas empresas mineiras, havia espaços sagrados, importantes para a sacralização com os seus antepassados. Significa que estas áreas tinham uma importância simbólica muito maior, pois, ligavam as famílias que aí habitavam aos seus antepassados. Também tinha cemitérios, onde jaziam os membros da comunidade. Estes aspectos tão pouco foram (e são) respeitos pelas multinacionais que disputam o sobsolo para extrair o carvão mineral. Esse cenário apenas confirma que Moatize, está inserido nas dinâmicas do desenvolvimento capitalista que segue um movimento desigual e contraditório, que o capital para garantir a sua acumulação ampliada em escala global, precisa expropriar e expulsar os povos nativos das suas terras, violentando-os, inclusive. Mas, vale ressalvar que não se trata de uma simples violência.

Por tratar-se do que Harvey (2004) chama de acumulação por espoliação, tal violência por onde ocorre, é estrutural, pois, além de observar-se a expropriação e expulsão das famílias camponesas das suas terras, a mercantilização e commodititização da natureza, emergem também fenômenos como a banalização da condição humana, destruição das relações sociais preexistentes, conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais dentre outras tragédias socioambientais. Um dos casos mais emblemáticos de uma multinacional que gerou (e continua gerando) contradições durante o processo de territorialização no distrito de Moatize, é a mineradora brasileira Vale Moçambique, aqui escolhida como objeto de análise.

A presença da Vale em Moçambique data desde 2004, altura que ganhou um concurso internacional para a exploração do carvão mineral nas minas de Moatize. O concurso internacional o qual a Vale venceu para a exploração do carvão mineral no distrito de Moatize, gerou polêmico, pois, foi denunciado de ter sido uma fraude, caracterizado pela falta de transparência e secretismo, inclusive. Após ganhar o concurso internacional, o qual permitia a Vale ocupar uma área de aproximadamente 23.780 hectares no distrito de Moatize, a seguir a isso, avançou com a contratação de empresas de consultorias para a elaboração do Estudo

de Impacto Ambiental, visando aferir os potenciais impactos socioambientais que poderiam advir da sua atividade naquele lugar.

Esse estudo encomendado pela Vale foi também alvo críticas por parte das organizações da sociedade civil de defesa das comunidades rurais e do meio ambiente, e destacavam que foi manipulado com vista a beneficiar a empresa. As recorrentes denúncias dos movimentos ambientalistas contra a Vale cresceram em Moçambique, de tal maneira que colocavam em cheque o seu suposto "bom nome" na geopolítica internacional. Os denunciantes passaram a ser perseguidos, intimidados e barrados de participarem em eventos internacionais sobre o meio ambiente. É o caso da Justiça Ambiental (JA!), que viu um dos seus militantes proibidos de entrar no Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Rio + 20, realizado em 2012, no Rio de Janeiro. Após ser impedido de entrar no Brasil, o militante da Justiça Ambiental (JA!), foi imediatamente extraditado para Moçambique (cf. AGUIAR & PACHECO, 2016).

O militante da Justiça Ambiental (JA!), ao ser impedido de entrar no Brasil, tornava evidente que uma das pautas desta organização no Rio+20 era a Vale, por causa da tragédia socioambiental em curso no distrito de Moatize. O caso do impedimento do militante da Justiça Ambiental para a sua entrada no Brasil, onde possivelmente denunciaria as truculências e outras tragédias da Vale, é prova inequívoca de que o capital faz de tudo para retirar da frente os obstáculos que colocam em risco a sua reprodução ampliada em escala global. No caso da Vale, não se pode descartar a hipótese de ocorrido, por exemplo, práticas de corrupção e falhas durante o processo da sua implantação no distrito de Moatize, que terão beneficiado a empresa, e possivelmente, alguma elite política nacional, sobretudo, o grupo social que esteve em frente da negociação.

O próprio governo assumiu abertamente que no caso da Vale, ocorreram falhas, destacando que o país no momento que esta empesa entrou no país, não tinha quase nenhuma experiência na matéria de exploração do carvão mineral na dimensão que se propunha. As falhas parecem estar a repetir-se, pois, os estudos que a Vale tem encomendado às empresas de consultorias, visando expandir a sua área de mineração, continuam a ter zonas de penumbras. Tais zonas de penumbras apenas criam espaço para beneficiar a Vale e não necessariamente garantir que os riscos socioambientais sejam minimizados durante processo de exploração do carvão mineral e isso, foi notório no último estudo encomendado pela Vale e apresentado ao público pela Consultec, empresa de consultoria que realizou o Estudo de Impacto Ambiental no distrito de Moatize.

O interesse da Vale em expandir as suas atividades para outras áreas foi manifestado, em maio de 2019, durante uma suposta audiência pública realizada na vila de Moatize, no Hotel Moatize. É uma suposta audiência pública porque quem estava presente eram pessoas na sua maioria de fora da Comunidade de N´tchenga, por onde a Vale pretende expandir as suas atividades. As pessoas que estavam presentes na sala eram na sua maioria trabalhadores e representantes da Vale, funcionários do Estado afetos no governo distrital de Moatize, representantes da empresa de consultoria que fez o Estudo de Impacto Ambiental da Vale, alguns membros das organizações da sociedade civil ao nível local, alguns pesquisadores e docentes universitários, um membro da comunidade previamente instruído, mas que acabou

denunciando a farsa que estava a ser tramada naquele momento. Depois da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental pela Consultec, seguiu-se a intervenção do representante da mineradora Vale, destacando a importância da expansão das suas atividades para a Comunidade de N´tchenga [vide a foto 1].

Foto 1. Representante da Consultec (à esquerda) e da Vale (à direita) discursando durante a "audiência pública" realizada em 2019 na vila de Moatize



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Tal pretensão foi abertamente contestada, não apenas pelo representante da Comunidade de N´tchenga que havia sido convidado pela Vale, mas também pelas organizações da sociedade civil locais e pesquisadores presentes. As organizações da sociedade civil e os pesquisadores questionaram o fato da Vale pretender expandir o seu raio de exploração do carvão mineral, sem antes resolver os problemas socioambientais graves que continuam a impactar negativamente a vida das populações que vivem nas proximidades da sua área de concessão mineira.

O processo de territorialização da Vale no distrito de Moatize, não foi pacífico. A territorialização da Vale por fortes e violentos conflitos sociais, caracterizados por disputas territoriais. A territorialização, é antes de mais, um processo de expansão das relações sociais sobre um determinado espaço geográfico. Por serem relações sociais diferentes e com interesses distintos no que tange ao uso do território, inevitavelmente, ocorrem tensões de territorialidades, sobretudo, quando as duas colidem. O capital, enquanto uma relação social procura dominar, controlar e monopolizar privadamente o território comunitário e com ele, os outros recursos naturais, na contramão, os camponeses nativos lutam e resistem para não serem desterritorializadas, espoliados, expropriadas e expulsas das suas terras. Nessa luta e resistência dos camponeses em protestar contra a sua destruição pelo capital monopolista, procuram também dominar e controlar os territórios em sua posse. Foi exatamente isso que aconteceu no distrito de Moatize, temendo perder as suas terras, centenas de famílias camponesas começaram a ocupar a área pretendida pela Vale, numa clara demonstração de forças (poder).

Significa que a negociação era o único meio para amainar-se as tensões de territorialidades entre a Vale e as famílias camponesas que protestavam a sua retirada dos seus territórios na vila de Moatize. Tendo em conta que, o estava por baixo dos territórios comunitários era de

extrema importância para a Vale, dado o seu alto valor de troca no mercado internacional, uma vez que o Estado vê na exploração dos recursos naturais, um meio para obtenção divisas, seguiu as negociações junto das famílias diretamente afetadas.

Sendo a terra propriedade do Estado em Moçambique, em que ele é quem determina o uso e aproveitamento da terra, nada mais resta se não chancelar a expropriação e expulsão dos povos nativos das suas terras, e consequentemente, a sua retirada compulsiva para outros lugares com vista a dar espaço a exploração dos recursos naturais, no caso da Vale, o carvão mineral. O processo de expropriação e a posterior retirada compulsiva das famílias diretamente afetadas das suas terras, segundo a Lei de Terras 19/97 de 1 de outubro, deve obrigatoriamente, ser antecedido por consultas comunitárias.

As consultas comunitárias são espaços de diálogo, onde a empresa apresenta as suas propostas e benefícios das suas atividades para as famílias diretamente afetadas com as suas atividades. A consulta comunitária é o único espaço onde as famílias camponesas diretamente afetadas por um determinado projeto/programa de "desenvolvimento" ou atividade produtiva, têm o poder de decidir sobre o seu futuro, negociando abertamente com as empresas que precisam dos seus territórios para a sua exploração capitalista. É nas consultas comunitárias onde os territórios imateriais se confrontam e conflituam mutuamente, isto numa disputa acirrada pelo domínio e controle dos territórios materiais.

Os territórios imateriais são constituídos por ideologias, discursos, textos, argumentos, etc., (cf. FERNANDES, 2015; SAQUET, 2015), onde um determinado grupos sociais (empresas, governo, movimentos sociais, camponeses, partidos políticos etc.) procura convencer o outro que a sua proposta é melhor e deve ser aceite ou considerada. Em relação as consultas comunitárias, as famílias diretamente afetadas por um determinado projeto, apoiadas pelas organizações da sociedade civil que lutam pela justiça social e ambiental, apresentam também as suas propostas e necessidades junto das empresas, sobretudo, aquilo que gostariam de ver realizado antes ou em caso de serem realocadas em outros lugares. Mas, nem sempre as consultas comunitárias são realizadas para beneficiar as famílias camponesas diretamente afetadas, mas sim, grupos sociais com interesses no processo.

Tais grupos sociais articulam juntos das empresas no sentido de obterem benefícios, na maioria das vezes, em forma de dinheiro e empregos para eles e seus parentes. Significa que os interesses dos camponeses e das comunidades rurais são colocados de lado por aqueles que deveriam fazer de tudo para garantirem a transparência no processo. Em Moçambique, as consultas comunitárias têm significado apenas a degradação, banalização da condição humana e desterritorialização formal das famílias diretamente afetadas, pois, nem sempre as empresas cumprem com as suas promessas depois destas retirarem as famílias camponesas dos seus antigos lugares para os locais de reassentamentos.

O processo de retirada compulsiva das famílias camponesas diretamente afetadas por uma determinada atividade económica, no caso específico do projeto da Vale, a Constituição da República determina a necessidade da sua compensação pela perca das suas benfeitorias, entre elas, casas, machambas dentre outros elementos inerentes a sua reprodução social, como também a criação de condições para o ser reassentamento em outros lugares. Mas, contraditoriamente,

nem sempre as empresas garantem compensações justas e melhores condições de vida em áreas de reassentamento para as famílias diretamente afetadas pela mineração. Foi exatamente isso que aconteceu no processo de territorialização da Vale na vila de Moatize.

Ao se territorializar, a Vale de mãos dadas com o Estado, retirou as famílias diretamente afetadas pelas suas atividades para outros lugares, num processo considerado controverso e conflituoso, que beneficiou mais grupos sociais "de fora" das comunidades que de dentro. Até hoje, no seio das famílias diretamente afetadas pela Vale e que vivem nos reassentamentos, há um sentimento de que foram enganadas, pois, as suas terras geram milhões de dólares por ano para a empresa, enquanto elas vivem em situação de extrema pobreza nos reassentamentos, forçadas a se reinventar para garantirem a sua reprodução social, inclusive. Por baixo das machambas e das florestas das famílias camponesas ora retiradas para os lugares de reassentamentos, a Vale retira grandes quantidades de carvão mineral, os quais são vendidos no mercado internacional a preços altos.

Foto 2. Comboio da Vale carregando carvão mineral da vila de Moatize/Tete para o porto de Nacala/Nampula



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Usando o Inquérito do Orçamento Familiar 2014/15, como base para avaliar se os megaprojetos de mineração, sobretudo, a presença da mineradora Vale no distrito de Moatize, é possível inferir que, embora inicialmente tenha havido um segundo a qual, a sua entrada visava promover o desenvolvimento, garantindo melhores condições de vida as populações diretamente afetadas, a realidade contrasta o discurso oficial. Os estudos recentes (cf. SELEMANE, 2016; FEIJÓ, 2016; CHIZENGA, 2016; MATOS, 2016; CUMBE & FILHO, 2017) apontam também que os megaprojetos, nos quais a Vale faz parte, não criaram condições necessárias para que os sujeitos diretamente implicados se beneficiassem da economia gerada pela mineração. Estes estudos apenas vieram reforçar as constatações inicialmente feitas por outros autores que estudaram os traumas resultantes da expansão da mineração em Moatize (cf. SELEMANE, 2010; MOSCA & SELEMANE, 2011, 2012; SANTOS, 2012; MATOS & MEDEIROS, 2012; HRW, 2013; CATSOSSA, 2014).

A territorialização da Vale no distrito de Moatize culminou com a expropriação e expulsão de centenas de famílias camponesas das suas terras para dar lugar a extração do carvão mineral e de geração de tantas outras tragédias socioambientais. Após serem expropriados e expulsos das suas terras, milhares de famílias, na sua maioria, camponesas foram realocadas em outros lugares para darem espaço a exploração do carvão mineral que estava por de baixo dos seus territórios. Esse processo foi violento e conflituoso, pois, as famílias visadas não queriam deixar os seus antigos territórios, dada a ligação afetuoso que mantinham com os mesmos. A seguir a retirada compulsava das famílias camponesas diretamente afetadas pelo seu projeto, a Vale implantou uma vedação no entorno da sua área de concessão mineira, conforme a foto 3.

A implantação desta vedação, não foi pacífica, pois, gerou muitos conflitos sociais, caracterizados por disputas territoriais. Nesta área, ora vedada pela Vale, as populações tinham as suas machambas onde produziam seus alimentos; pastavam o gado; extraíram lenha, estacas para a construção das suas casas e plantas medicinais; havia cemitério(s) onde jaziam os seus familiares; é lá onde havia os seus espaços sagrados, usados para a sacralização dos seus antepassados, etc. A colocação desta vedação, retirou o direito às populações nativas de circular e realizar suas atividades nestas áreas. Para o agravo, segundo os populares, a Vale retirou ossadas de pessoas que aí jaziam para o cemitério do Bairro 25 de Setembro sem, no entanto, realizar consultas comunitárias, o que se configuram, num desrespeito (profanação) a tradição local.

Foto 3. Vedação implantada pela Vale no entorno da sua área de concessão mineira na vila de Moatize, Tete/Moçambique.



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

A colocação da vedação pela Vale, gerou a fúria dos populares, sendo que mais tarde, revoltaram-se contra a empresa. Os populares exigiam que a Vale deixasse pelo menos uma entrada para terem acesso a área para a realização das suas atividades. E porque a Vale se recusava a atender as suas reivindicações, eis que se instalou o conflito, de um lado, a empresa, e do outro, os populares, disputando o território. Para dispersar os populares que estavam a invadir a área, a Polícia da República de Moçambique (PRM) foi solicitada a intervir, mas em defesa dos interesses da Vale. Numa tentativa de dispersar os grupos que protestavam a decisão da Vale, uma pessoa foi baleada e acabou por perder a vida momentos depois (cf. O PAÍS, 2019), uma situação que gerou ainda muita indignação no seio das populações nativas.

Aliás, tem sido assim, pois, nem sempre o Estado através dos seus agentes age em defesa dos interesses dos camponeses e das comunidades, mas sim, do capital multinacional e, se necessário, o uso da violência como forma de legitimar o seu poder contra populações indefesas (cf. MOSCA, 2015; CASTEL-BRANCO, 2017; CATSOSSA, 2020). A implantação desta vedação, segundo informações obtidas durante a pesquisa de campo, visava supostamente evitar a circulação de pessoas dentro da área de concessão mineira da Vele, dados os perigos aí existentes. De fato, a área mineira da Vale representa um risco para as populações que aí vivem devido a quantidade de buracos abertos durante a exploração do carvão mineral, pois, nem sempre são tapados, conforme mostra a foto 4.

Foto 4. Buracos abertos dentro da área de concessão da Vale na vila de Moatize, Tete/ Moçambique



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Alguns funcionários da Vale explicaram que além de evitar que as pessoas corram perigos dentro desta área, a implantação da vedação tinha em vista também combater os fenômenos de roubo dentro da empresa, como, por exemplo, combustíveis (gasolina e diesel). A diferença de outras multinacionais que se encontram a operar no distrito de Moatize, a área de concessão mineira da Vale está dentro do "perímetro urbano". Estando próxima da área habitacional, significa que as suas atividades têm efeito direto sobre a vida das populações que vivem nas proximidades.

A maior parte das casas das famílias que vivem nas proximidades da área de concessão mineira da Vale, está com rachas decorrentes do movimento causado pela mineração. Tratando-se de uma mineração, cujo método, é exploração a céu aberto e com o uso de explosivos (dinamites), as populações que vivem nas proximidades, toda a poeira levantada pela Vale durante o processo de extração do carvão mineral, vai para as suas residências, conforme a foto 5.

O cenário gerado pela Vale na vila de Moatize, é terrível e violento para os sujeitos diretamente implicados, pois, não lhes dá a esperança de perspectivarem o seu futuro, isto é, quanto tempo a mais têm para viver, dadas as incertezas geradas pela mineração. As populações são forças quase sempre a consumirem a poeira levantada pela Vale. Relatam haver casos de tuberculose em decorrência da poeira que é levantada pela Vale no decurso das suas atividades. De realçar que não são apenas as famílias que vivem nas proximidades da área de concessão mineira da Vale que são forçadas a consumirem poeira todos os dias, mas também,

aquelas que foram reassentadas no bairro 25 de setembro. Esta é outra contradição resultante da presença da Vale no distrito de Moatize.

Foto 5. Poeira levantada pela Vale durante as suas atividades na vila de Moatize, Tete/ Moçambique



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Outro aspecto importante a referenciar, e se calhar, pouco conhecido em Moçambique, está relacionado com as barragens de rejeitos (represas) que estão dentro da área de mineração da Vale. Essas barragens, além de estarem localizadas em áreas de risco, as mesmas estão nas proximidades dos rios e áreas habitacionais. Não se sabe qual é o nível de segurança dessas barragens ao ponto de evitar-se uma tragédia socioambiental, por exemplo, tendo em conta os movimentos que a terra faz após a Vale detonar explosivos (dinamites) no processo de extração do carvão mineral.

A experiência de outros países onde opera a Vale, revela que as barragens de rejeitos (represas) acabaram por romper, um cenário que se configurou numa das maiores tragédias socioambientais do século XXI. São os casos dos incidentes de Mariana e Brumadinho no Brasil, causados pelo rompimento de barragens de rejeitos (represas). Tal cenário configurou-se num crime, não apenas contra a humanidade, mas também ambiental, pois, além de matar pessoas que viviam nos arredores e contaminar os rios, dezimou diversas espécies de animais. Contudo, essa situação trágica que aconteceu no Brasil, não pode ser ignorada, o que significa que há um risco do passado a repetir-se nos mesmos moldes, talvez de forma ampliada em Moçambique, caso não haja uma fiscalização contínua e rigorosa às barragens de rejeitos (represas) da Vale na vila de Moatize.

4 - TERRITORIALIZAÇÃO PRECÁRIA DOS SUJEITOS E A EMERGÊNCIA DE ESPAÇOS INCOMPLETOS EM CATEME

Antes de adentrar no debate sobre os reassentamentos decorrentes da territorialização da Vale na vila de Moatize, torna-se importante fazer menção a territorialização precária e os espaços incompletos. A territorialização precária vem sendo usada dentro da ciência geográfica como categoria de análise para se referir daqueles sujeitos que, quando expropriados pelo capital monopolista, acabam por se instalar em lugares sem quase nenhuma condição básica para a sua reprodução social. A territorialização precária ocorre quando "o sujeito ou grupo social possui escasso domínio sobre o espaço" (FABRINI & ROSS, 2014, p. 58) por onde instala o seu assentamento.

A territorialização precária dos sujeitos ora expropriados e expulsos das suas terras ocorre também quando os lugares que se territorializam não têm serviços básicos sociais e muito menos terras aptas para a prática da agricultura, sobretudo, a produção de alimentos para o seu sustento; ou ainda são os casos em que os lugares são impróprios para a instalação de um assentamento humano. Esse cenário é recorrente em Moçambique, sobretudo, onde o capital já se expandiu, seja a mineração, o agronegócio, a indústria do gás e petróleo; ou onde são criadas as áreas de conservação da biodiversidade (parques e reservas nacionais).

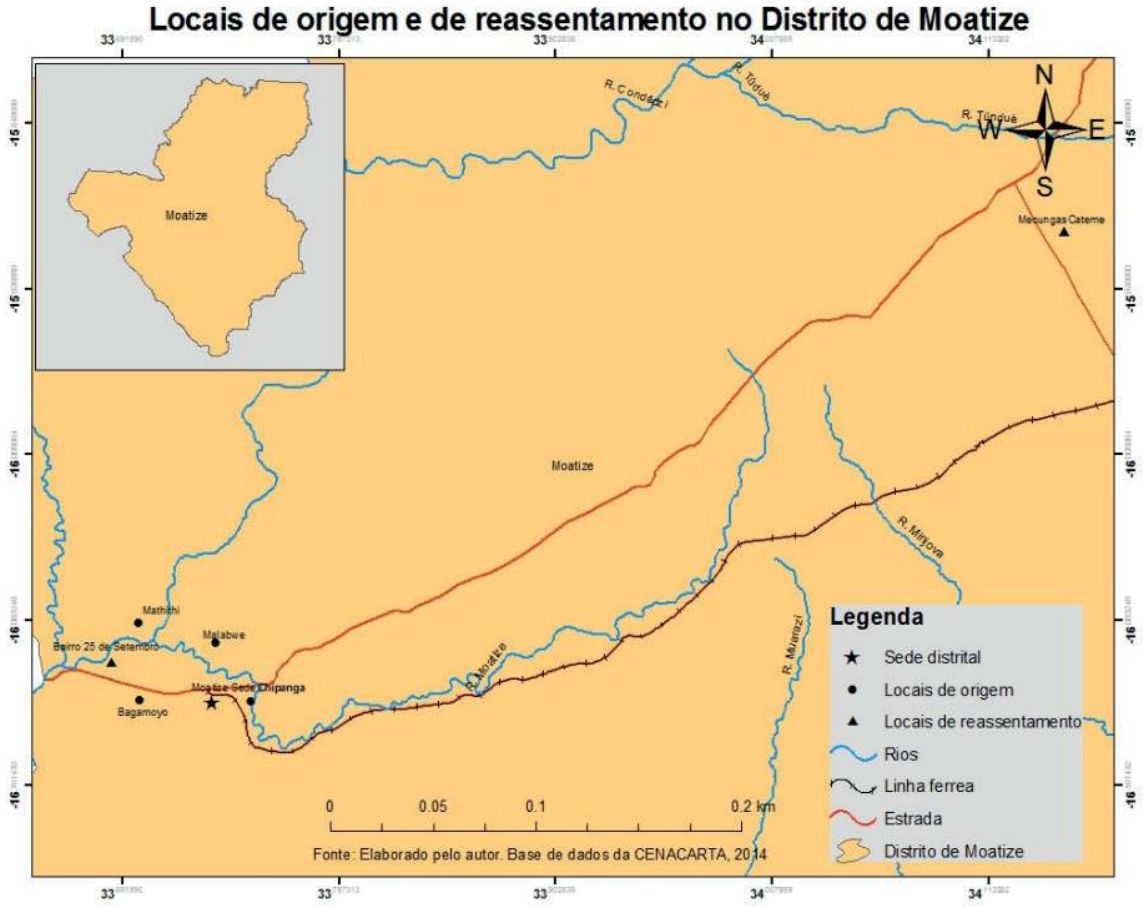
Em relação aos espaços incompletos, de referir que é uma categoria recente e, é usada também dentro da ciência geográfica e aparece no texto de Raimundo (2020), no qual a autora analisa os processos de deslocamentos compulsivos das populações em decorrência da guerra, das cheias e dos megaprojetos em Moçambique. Ao emprestar o termo "espaços incompletos" de Raimundo (2020) para o seu uso neste trabalho, pretende-se, pois, trazer a ribalta questões relacionadas com a violência simbólica que os sujeitos ora expropriados e expulsos das suas terras pela Vale vivem em áreas de reassentamentos até os dias atuais. Os espaços incompletos são tratados neste texto, como aqueles caracterizados pela falta de sentido de pertencimento dos sujeitos com os novos lugares, sobretudo, quando expropriados e expulsos das suas terras e, consequentemente, reassentados noutros para darem espaço uma determinada atividade produtiva.

A seguir a territorialização da Vale na vila de Moatize, viu-se a remoção e o deslocamento compulsivo dos antigos ocupantes das terras pada dar início a exploração do carvão mineral. Nestas terras, os antigos ocupantes abriam as suas machambas, por onde produziam alimentos de subsistência familiares. Para garantir acumulação ampliada do capital em escala global, a Vale dividiu as famílias diretamente afetadas, na sua maioria camponesas, em dois grupos com base no estatuto social, sendo o primeiro, rural e o segundo, urbano. Ao usar o estatuto social para dividir as famílias diretamente afetadas, a Vale partiu do pressuposto segundo o qual quem sempre viveu da agricultura, deveriam ir para onde daria continuidade com a sua atividade produtiva e de geração de renda; e aqueles que sempre tiveram uma vida urbana, deveriam ser dadas a oportunidade de continuar próximo dos espaços urbanos (cf. SELEMANE, 2010).

A seguir a isso, as famílias que viviam da agricultura foram removidas e encaminhadas para bem longe da vila de Moatize e da cidade de Tete, onde além de comercializar parte

dos seus produtos, percorriam para obter serviços sociais básicos, como, por exemplo, saúde, educação, etc., às vezes, sem precisar pagar transporte para a sua deslocação. Estas famílias foram enviadas para a Cateme que dista a aproximadamente 37 km da vila de Moatize e 57 km da cidade de Tete. As famílias que levavam supostamente uma vida urbana permaneceram na vila de Moatize, mas foram reassentadas no novo espaço social, neste caso, o bairro 25 de setembro conforme ilustra o mapa 3.

Mapa 3. Locais de origem e de reassentamento no distrito de Moatize/Tete



Fonte: Catsossa (2014).

Chegadas no novo espaço social, neste caso, no reassentamento de Cateme, as famílias ora expropriadas e expulsas das suas terras, foram entregues novas casas pela Vale, como compensação daquelas que foram destruídas no âmbito da expansão das atividades na vila de Moatize. Todas as casas eram iguais e foram feitas de material convencional (tijolos, cimento e chapas de zinco), conforme ilustra a foto 6.

Foto 6. Infra-estrutura construída pela Vale em Cateme, Moatize



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Tais casas, geraram polêmicas, pois, antes das famílias ocuparem, já estavam com rachas (fissuras) e algumas delas, tinham problemas de infiltração quando chovesse, por exemplo, dentre outros aspectos. Tal situação gerou contestações populares, pois, algumas famílias recusaram-se em entrar nas casas. Algumas das infra-estruturas construídas pela Vale em Cateme estão em queda livre, precisando de alguma reforma, mas as famílias reassentadas não têm estas condições por conta da vida miserável que levam, pois, o material de construção está carro nos mercados. Em Cateme, a maior parte das casas construídas pela Vale estão em estado avançado de degradação, e tal cenário, coloca centenas de famílias que aí reside em situação de risco, pois, a qualquer momento, podem desabar por cima delas e das crianças que aí brincam e dormem.

As famílias ora expropriadas e expulsas das suas terras pela Vale, ao chegarem em Cateme, seu novo espaço social (habitacional), encontraram uma nova realidade que passou a ser um desafio ao mesmo tempo. O novo espaço social onde passaram a habitar a partir daquele momento, era diferente do anterior, sobretudo, em termos organizacionais. Era um espaço ordenado e dividido em pequenos quintais, onde era quase impossível construir uma outra palhotinha para acomodar outros membros do agregado familiar, sobretudo, no caso de famílias numerosas. Todas as relações de vizinhanças foram destruídas após serem

reassentadas em Cateme, e tal cenário contrastava com os seus antigos espaços sociais.

Sendo uma realidade diferente da anterior, estas famílias eram obrigadas a procuram mecanismos em vista a sua ambientação com o novo espaço social, o que não foi fácil. Os antigos espaços sociais permaneciam no imaginário destas famílias, uma situação que forçou algumas pessoas a abandonarem o reassentamento de Cateme, regressando para a vila de Maotize e alguns bairros da cidade de Tete. As pessoas tinham uma relação de pertencimento com os seus antigos espaços sociais, algo que não foi respeitado pela Vale, daí que quando foram reassentados, estas passaram a sentir-se como estranhas em Cateme, mesmo diante de uma casa "melhorada". Isso mostra que a casa oferecida pela Vale, em si, não era tão importante quando comparada com as relações sociais que estas famílias haviam construído em seus antigos espaços sociais.

As famílias reassentadas em Cateme, sobretudo, as que saíram do bairro Chipanga, Malabwe, viviam nas proximidades do rio Moatize. Quando estas famílias estavam nos seus locais de origem, usavam as zonas mais baixas do rio para produzirem culturas de subsistências diversas, as quais usavam para o consumo dentro do agregado familiar. Parte da produção era transformada em mercadoria e depois vendida nos mercados locais. É esta produção é que chegava a mesa de muitas famílias, sobretudo, aquelas que dependiam da compra de produtos alimentares para o consumo interno. Ao sair dos seus locais de origens, estas famílias, perderam quase tudo, pois, além de terras que estavam nas margens dos rios, outras fontes de renda foram destruídas com o avanço da mineração.

É verdade que as famílias foram compensadas com novas terras para darem continuidade com as suas atividades produtivas em Cateme, mas não eram aptas para a produção de alimentos, sendo na sua maior parte, pedregosas (cf. SELEMANE, 2010; MOSCA & SELEMANE, 2011, 2012; HRW, 2013; CATSOSSA, 2014). Tal cenário contribuiu para a eclosão da insegurança alimentar (bolsas de fome) no seio das famílias reassentadas pela Vale em Cateme. A miséria, é outro fenômeno que se reproduziu de forma ampliada em Cateme (cf. MOSCA, 2011, 2012; SELEMANE, 2016; FEIJÓ, 2016), uma situação que forçou as famílias a viverem de "comida pelo trabalho" (cf. HRW, 2013; CATSOSSA, 2014). As famílias passaram a optar pelo assalariamento em alguns projetos implementados pela Vele em coordenação com o governo, e no fim de cada jornada de trabalho, as mesmas recebiam uma cesta básica, e esta situação foi denunciada por vários estudos (cf. HRW, 2013; CATSOSSA, 2014).

Quando as famílias estavam nos seus antigos espaços sociais, a "comida pelo trabalho" não era sua prática comum, pois, desenvolviam outras atividades de geração de renda, como, por exemplo, a produção de tijolos, a venha de lenha, estacas dentre outros produtos, visando garantir a sua reprodução social. Mas, porque em Cateme ninguém pode comprar tais produtos, primeiro porque a distância com o mercado consumidor é maior, e segundo, porque localmente não pessoas que têm condições, sendo que a maioria vive na penúria; os reassentados de Cateme são forçados a optar pelo assalariamento, que na maioria das vezes, tem sido uma relação social baseada na exploração do homem pelo homem.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise feira, é possível afirmar que a província de Tete, está inserida nas dinâmicas do desenvolvimento capitalista, caracterizada pela corrida do capital monopolista para a conquista, domínio e controle de territórios, visando garantir a sua acumulação ampliada em escala global. No caso de Moatize, constata-se que, a expansão do capital, está a dar-se na base de um movimento desigual e contraditória. A expansão da mineração no distrito de Moatize, contraditoriamente, tem expropriado e expulsado centenas de famílias camponesas, forçando-as a migrarem para outros lugares distantes dos "de origem", onde igualmente, se territorializam de forma precária.

A territorialização da mineradora brasileira Vale Moçambique no distrito de Moatize, embora tenha trazido muita euforia para os tetenses, a sua presença transformou-se em pesadelo para milhares de famílias no distrito de Moatize. Além de ter expropriado e expulso milhares de famílias camponesas das suas terras, reassentando-as em outros lugares, às vezes, sem condições básicas de sobrevivência, contraditoriamente, verificou-se também a reprodução da miséria. Embora as autoridades governamentais afirmem que a presença da Vale trouxe desenvolvimento em Tete, sobretudo, na vila de Moatize, as evidências contradizem tais alegações. O caso de Tete, sobretudo, da vila de Moatize, precisa de uma intervenção rápida da parte do Estado, no sentido de criar condições para que as pessoas tenham pelo menos uma vida digna, pois, verifica-se a degradação e banalização da condição humana em várias vertentes.

Em Cateme, por exemplo, a situação é tão dramática, pois, além das terras não serem propícias para a prática da agricultura, as fontes de geração de tenda são reduzidas, dada a distância deste lugar com a vila de Moatize e cidade de Tete, onde as populações vendiam os seus produtos, sobretudo, não agrícolas. O acesso a água continua sendo um problema para as famílias reassentadas, pois, alguns furos abertos pela Vale pararam de funcionar já faz muito tempo. A situação torna-se ainda mais crítica porque os rios estão distantes do reassentamento de Cateme. O processo de territorialização da mineradora Vale Moçambique é até os dias atuais, alvo de pesquisas para a sua compreensão crítica, pois, deu-se de forma violenta e turbulenta, na medida em que os sujeitos diretamente implicados não tiveram tempo suficiente para prever o seu próprio futuro, dadas as incertezas geradas pela mineração.

Pelo fato de Moçambique ter uma política ambiental muito frágil em termos de proteção do meio ambiente; de gestão territorial e das populações que vivem em áreas de ocorrência dos recursos naturais, a Vale (e outras corporações capitalistas) tem se aproveitado dessas brechas para tramar os territórios, banalizando e degradando a condição humana, inclusive. A pilhagem territorial, caracterizada pela destruição massiva da natureza e degradação ambiental, coloca a vila de Moatize cada vez mais vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas.

A poluição do ar que acontece quase todos os dias na vila de Moatize, em decorrência da mineração, coloca em risco a saúde das pessoas que aí vivem. Significa que caso não haja uma política para conter a situação que já é grave na vila de Moatize sob ponto de vista de saúde pública, corre-se o risco de se chegar ao extremo, pois, já há relatos de eclosão de

doenças respiratórias, sobretudo, a Tuberculose. As incertezas ainda continuam, pois, milhares de famílias que vivem na vila de Moatize ainda estão em situação de risco, uma vez que a Vale pretende expandir o seu raio de exploração do carvão mineral para outras áreas, no caso concreto da comunidade de N'tchenga, visando garantir acumulação ampliada do capital em escala global a custa do sofrimento alheio e da degradação ambiental.

6 - REFERÊNCIAS

AGUIAR, Diana & PACHECO, Maria Emília (Orgs). **A cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique.** FASE/Brasil, Rio de Janeiro, 2016.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Lógica histórica de acumulação primitiva de capital em Moçambique. In: BRITO, Luís de et al. (Orgs). **Desafios para Moçambique**. 2017. Editor: IESE, p. 257-302, Maputo, 2017.

CUMBE, Inês Selça dos Santos & FILHO, Mário Valério. **A produção do território em áreas de mineração: estudo de caso em Moatize-Moçambique**. In: XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Os efeitos dos reassentamentos populacionais resultantes da mineração sobre as condições básicas de sobrevivência:** o caso de Cateme no distrito de Moatize/Tete. Monografia [Licenciatura em Geografia], UEM, Maputo, 2014.

_____. Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio no Corredor de Nacala em Moçambique. **Tese** [Doutorado em Geografia], UFGD, Dourados-MS, 2020.

CHIZENGA, Anselmo Panse. Mineração e conflito ambiental: disputas em terno da implantação do megaprojeto da Vale na bacia cabonifera de Moatize/Moçambique. **Dissertação** [Mestrado em Sociologia], UFRGS, Porto Alegre, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** Tradução: Adail Sabral & Maria Stela Gonçalves. 2ª edição; Editora: Loyola, São Paulo, 2004.

FABRINI, João Edmilson; ROSS, Djoni. **Conflitos territoriais entre campesinato e agronegócio latifundiário**. 1ª edição; Editora Outras Expressões, São Paulo, 2014.

FEIJÓ, João. Investimentos, assimetrias e movimentos de protestos na província de Tete. In: **Observador Rural**, Documento de trabalho nº 44, OMR, Maputo, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputas**. 1ª edição, Editora Expressão Popular, p. 273-301, São Paulo, 2008.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu SAVEIRO (Orgs). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 2ª edição, Editora: Consequência, p. 195-214, RJ, 2015.

HUMAN RIGHTS WATCH. **O que é uma casa sem comida**? O Boom da Mineração de Carvão e o Reassentamento**.** EUA, 2013.

MAE. **Perfil do distrito de Moatize, província de Tete.** Maputo, 2014.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de. Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvçao mineral em Moatize-Moçambique. **Tese** [Doutorado em Geografia], UFRS, Porto Alegre, 2016.

_____ & MEDEIROS, Rosa Maria Viera. Exploração mineira em Moatize, no centro de Moçambique: que futuro para as comunidades locais. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – Territórios em duspita: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia-MG, 15 a 19 de Outubro de 2012.

MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. In: MOSCA, João (Coord). **Setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Escolar Editora, p. 51-98, Maputo, 2015.

_____& SELEMANE, Tomás. **El Dourado Tete:** os mega-projetos de mineração. CIP, Maputo, 2011.

_____ & SELEMANE, Tomás. Mega-projetos no Meio Rural, Desenvolvimento Territorial e Pobreza: O caso de Tete. In: BRITO, Luís de et al. (Orgs). **Desafios para Moçambique**, IESE, Maputo, p. 232-255, Maputo, 2012.

O PAÍS. **Disputa de recursos naturais culmina com uma morte.** Disponível em http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/45735-disputa-de-recursos-naturais--culmina-com-uma-morte.html. Acesso: 02 de Agosto de 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 1991.

RAIMUNDO, Inês Macamo. O ciclo vicioso de deslocamentos forçados e a formação de espaços incompletos em Moçambique. In: GEOUERJ – DOSSIÊ: **Olhares geográficos sobre Moçambique**; ISSN: 1981-9021, p. 1-26, RJ, 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** 6ª Edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. O dinheiro e território. In: SANTOS, Milton & BECKER, Bertha. K. (Orgs). **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª edição, Editora Lamparina, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. 23ª edição, Editora Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Moçambique:** a maldição da abundância?, 2012. Disponível em: http://macroscopio.blogspot.com.br/2013/11/mocambique-maldicao-da abundaciapor.html?m=1. Acesso: 02 de Agosto de 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 4ª edição, Editora Outras Expressões, São Paulo, 2015.

SELEMANE, Tomás. Questões à volta da Mineração em Moçambique - ***Relatório de Monitoria das*****:** Atividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga. CIP, Maputo, 2010.

_____. Tete e Cateme: entre a impulsão do El Dourado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados. In: **Observador Rural.** Documento de trabalho nº 45, OMR Maputo, 2016.